

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES DA BMG LEASING S.A. - ARRENDAMENTO
MERCANTIL**

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, BMG LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, companhia aberta, com sede e foro em Contagem, Estado de Minas Gerais, à Rua Flávio Annes Guimarães, 235, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 34.265.561/0001-34, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, EZEQUIEL DUTRA DE OLIVEIRA, brasileiro, separado judicialmente, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, à Rua Montes Claros, 1474 - aptº 301, portador da Carteira de Identidade nº M-515.333, expedida pela SSPMG, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.391.484-49, vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características.

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 25 de abril de 1995.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

01 - REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07.12.74 e nº 6.404 de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

02 - ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a presente emissão de debêntures, será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

03 - REGISTRO DA ESCRITURA

Esta escritura de emissão, celebrada por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA III - EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características gerais:

01 - COLOCAÇÃO: O lançamento será público mediante a interveniência de instituições financeiras.

02 - QUANTIDADE DE TÍTULOS - Serão emitidas 900 (novecentas) debêntures simples.

03 - VALOR DA EMISSÃO - O valor da emissão será de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na data da emissão, sendo R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) para cada uma das séries.

04 - VALOR NOMINAL - As debêntures terão o valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na data da emissão.

05 - FORMA - As debêntures serão nominativas, não endossáveis e não conversíveis em ações.

06 - ESPÉCIE - As debêntures serão da espécie subordinada.

07 - SÉRIES - A emissão será dividida em 02 (duas) séries, denominadas 1ª e 2ª SÉRIES compostas cada uma por 450 (quatrocentas e cinquenta) debêntures.

08 - **DATA DE EMISSÃO** - Para todos os efeitos legais a data de emissão será o dia 15.05.95.

09 - **PRAZO E DATA DE VENCIMENTO**: As Debêntures da 1ª Série terão prazo de 01 (um) ano com vencimento em 15.05.96, e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de 02 (dois) anos, com vencimento em 15.05.97.

10 - **NEGOCIAÇÃO** - A emissão será registrada para a negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa nº 56/88 da Secretaria da Receita Federal.

11 - **PROCEDIMENTO** - Na colocação das debêntures junto ao público, será adotado o procedimento diferenciado de distribuição referido no Art. 33 da Instrução CVM nº 13/80.

12 - **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA** - O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente a partir da data de emissão, pela variação acumulada da TR (Taxa Referencial), divulgada pelo Banco Central do Brasil. O produto desta atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista neste instrumento. Na hipótese de extinção da TR (Taxa Referencial) ou, se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não puder ser usada como índice de reajuste nas emissões de debêntures será adotada a TAXA ANBID.

13 - **PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO** - O preço de subscrição das debêntures é o valor nominal definido no Item 04 retro, atualizado monetariamente pela variação da Taxa Referencial-TR, acrescido de juros remuneratórios calculados na forma do Item 14 a seguir, desde a data de emissão até a data de subscrição "pro rata temporis". O preço de subscrição das debêntures, assim calculado, deverá ser totalmente integralizado à vista em moeda corrente nacional e no ato da subscrição.

14 - JUROS REMUNERATÓRIOS

14.1 - Sendo a atualização monetária de acordo com a variação da TR (Taxa Referencial), às debêntures da 1ª e 2ª Séries serão conferidos juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), a partir da data de emissão, incidentes sobre o seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no Item 12 supra e pagáveis no caso da 1ª Série no vencimento final e no caso da 2ª Série conforme previsto no Item 1.15 a seguir.

14.2 - Na hipótese de a atualização monetária vir a ser de acordo com a Taxa ANBID às debêntures serão conferidos juros a partir da extinção do índice anterior da seguinte forma: **1ª SÉRIE**: 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) pagáveis no vencimento final das debêntures. **2ª SÉRIE**: 2% a.a. (dois por cento ao ano) pagáveis conforme previsto no Item 1.15 a seguir.

14.2.1 - Caso o prazo da ANBID não coincida com o prazo da TR aplicável, a taxa será ajustada para o período equivalente, pelo critério pro-rata die útil. Caso a data de aniversário da TR aplicável não seja dia útil, considerar-se-á a Taxa ANBID do dia útil imediatamente anterior. Caso a Taxa ANBID seja referenciada como Taxa OVER, será utilizada a Taxa Média CETIP da mesma data para captação via certificada de depósito bancário.

14.3 - Em qualquer dos casos retro os juros serão computados à base de 360 dias.

15 - **AMORTIZAÇÃO**: **1ª SÉRIE**: Não haverá amortização antecipada. **2ª SÉRIE**: Haverá um prazo de carência de 12 (doze) meses para o pagamento do principal, atualização monetária e juros, findo o qual o saldo devedor será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 15.06.96. Em 15.06.96, a EMISSORA amortizará 1/12 do saldo devedor. Em 15.07.96, 1/11; em 15.08.96, 1/10 e assim sucessivamente, até a data da liquidação final, em 15.05.97.

16 - **ENCARGOS MORATÓRIOS** - Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a atualização monetária, juros e prêmio na forma estabelecida neste instrumento, bem como a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

17 - **DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS** - As debêntures, após resgate antecipado ou vencimento final, não mais pagarão juros e atualização monetária, assegurados os direitos adquiridos até as datas dos referidos eventos sem prejuízo do disposto no Item 16 retro.

18 - **VENCIMENTO FINAL** - Por ocasião do vencimento final das debêntures, mediante apresentação do respectivo certificado, se tiver sido emitido, a EMISSORA obriga-se a proceder a liquidação das que se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros incorridos e ainda não pagos para as da 1ª Série e pelo saldo devedor remanescente para as da 2ª Série.

19 - **LOCAL DE PAGAMENTO** - Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela EMISSORA em sua sede, ou, ainda, em estabelecimentos de instituições financeiras contratadas para tal fim ou através dos procedimentos adotados pela CETIP.

20 - **PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS** - Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário.

21 - **PUBLICIDADE** - Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, publicados na forma de avisos no Jornal "Gazeta Mercantil".

22 - **VENCIMENTO ANTECIPADO** - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor total das debêntures em circulação, acrescida de juros por dias decorridos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguinte hipóteses:

a - Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, que possa afetar substancialmente sua condição financeira.

b - Pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA.

c - Decretação de falência da EMISSORA.

d - Falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

23 - **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO**: As debêntures poderão ser resgatadas, a critério do Conselho de Administração da EMISSORA, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado e acrescido de juros calculados "pro-rata temporis", observado o disposto no art. 55, da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

CLÁUSULA V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

01 - Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a - Dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social.

b - Imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;

c - As informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM.

02 - Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

03 - Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as Demonstrações Financeiras previstas no Art. 176 da Lei nº 6.404/76.

04 - Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos portadores das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste esse serviço.

CLÁUSULA VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura declara:

a - Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme Art. 66, Parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76 e Artigo 9º e 15, Parágrafo Único da Instrução CVM nº 28/83 para exercer a função que lhe é conferida.

b - Aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura.

c - Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas Cláusulas e condições.

d - Não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstos no Artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá da EMISSORA pelo exercício das funções que ora lhe são atribuídas, uma quantia total de R\$10.000,00 (dez mil reais) a ser paga 10 (dez) dias após a obtenção do registro de emissão junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O AGENTE FIDUCIÁRIO será substituído:

a - Nos casos de vacância, mediante nomeação pela EMISSORA e aditamento à presente escritura;

b - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

c - A substituição não implicará em remuneração superior a ora avençada.

O AGENTE FIDUCIÁRIO substituto deverá, imediatamente após a nomeação comunicá-la aos debenturistas, na forma de alínea "r" do Parágrafo seguinte.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a - Proteger os direitos e interesses dos debenturistas empregando no exercício de função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens.

b - Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão.

c - Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções.

d - Verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento.

e - Promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste

caso, o oficial do registros notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários.

f - Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações.

g - Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures.

h - Solicitar quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis das varas da Fazenda Pública, cartórios de protestos, Junta de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA.

i - Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na empresa.

j - Convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deve efetuar suas publicações.

k - Comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

l - Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do Artigo 48, Parágrafo 10, b, da Lei 6404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1 - Eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA.

2 - Alterações estatutárias ocorridas no período.

3 - Comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura do capital da empresa.

4 - Posição da distribuição ou colocação da debêntures no mesmo mercado.

5 - Resgate, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas e debêntures efetivadas pela EMISSORA.

6 - Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores.

7 - Cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA da escritura de emissão, e

8 - Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

m - Colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA ao menos nos seguintes locais:

1 - Na sede da EMISSORA.

2 - No seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado.

3 - Na CVM.

4 - Nas Bolsas de Valores quando for o caso, e

5 - Na instituição que liderou a colocação das debêntures.

n - Publicar, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m".

o - Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA.

p - Coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas.

q - Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da

escritura de emissão.

r - Notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, das obrigações assumidas na escritura de emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- 1 - À CVM.
- 2 - Às Bolsas de Valores, quando for o caso, e
- 3 - Ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada.

PARÁGRAFO QUARTO - O comunicado aos debenturistas no sentido de informá-los de que o relatório anual, referido na Alínea "b" do Parágrafo anterior, está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto no aludido Parágrafo, na Gazeta Mercantil, às expensas da EMISSORA.

PARÁGRAFO QUINTO - A notificação de que trata a Alínea "c" do Parágrafo Terceiro desta Cláusula, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no jornal mencionado no Parágrafo Quarto desta Cláusula e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para cautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas.

CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

01 - Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

02 - A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA por debenturistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) dos títulos em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

03 - Aplica-se a Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembléia Geral de Acionistas.

04 - A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e em segunda convocação, com qualquer número.

05 - A Assembléia poderá, pelo voto de titulares da metade no mínimo, das debêntures em circulação aprovar modificação nas condições das debêntures propostas pela EMISSORA.

06 - Será facultado a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

07 - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII - DO FORO

Fica eleito o foro central da Capital do Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura. Estando assim certos e ajustados, firmam as partes o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.
Contagem, 25 de abril de 1995.

BMG LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

TESTEMUNHAS:

EZEQUIEL DUTRA DE OLIVEIRA
Agente Fiduciário